



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao Instituto Social da França**

Publicada em 28 de junho de 2005

Jornalista: O Brasil possui as maiores reservas de água doce do mundo. Possui também as maiores reservas florestais do planeta. O que o governo brasileiro tem feito para garantir a sustentabilidade de seus recursos naturais?

Presidente: Vem crescendo no Brasil – assim como no resto do mundo – a percepção de que a água é um bem público, renovável, finito e com valor econômico. Como detentor de cerca de 12% das reservas mundiais de água doce, o Brasil tem consciência de sua especial responsabilidade. A recente instituição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos implantou uma política de gestão de demanda, incluindo conservação, racionalização do uso e reuso de recursos hídricos. Incorpora mudanças que refletem o esforço brasileiro de responder, de forma madura e responsável, aos compromissos assumidos pelo país no plano internacional. Prevê, por exemplo, a implementação de projetos especiais de interesse do ponto de vista da política externa: "valorização dos recursos hídricos no contexto ambiental da Amazônia", "preservação dos recursos hídricos do ecossistema do Pantanal" e "aproveitamento conjunto dos recursos hídricos nas bacias transfronteiriças", o qual visa a aproveitar o processo de integração em curso no âmbito do Mercosul. Essa abordagem favorece uma visão integradora dos recursos hídricos, cujo aproveitamento passa a ser considerado no conjunto do ecossistema onde esses recursos se encontram. O novo regime prevê o princípio dos usos múltiplos da água, de forma a assegurar a utilização sustentável dos recursos hídricos. O reconhecimento do valor econômico da água se traduz na instauração de um sistema de cobrança pelo uso da água



para assegurar equilíbrio entre oferta e demanda. Estima-se que esse mecanismo induzirá o desenvolvimento e a adoção de tecnologias, sobretudo agrícolas, poupadoras de recursos hídricos. Dentro dessa mesma ótica, está sendo consagrado o princípio "poluidor/pagador", o que é inédito nos países em desenvolvimento. Com relação aos recursos florestais, o Governo brasileiro tem implementado uma série de políticas e medidas com vistas a promover o manejo sustentável de florestas e diminuir os níveis de desmatamento. Entre os principais programas governamentais, destacam-se o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área de Abrangência da BR 163 - desenvolvido a partir do Plano Amazônia Sustentável (PAS) - e a criação da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLO), com ampla participação da sociedade civil e de todos dos setores florestais nacionais. Como resultado, aumentou a área sob manejo florestal sustentável de 300 mil para 1.4 milhões de hectares, o aumento anual de 50% da área de reflorestamento, bem como o estabelecimento de 7.7 milhões de hectares de áreas protegidas, o que significa a proteção de 21% do território brasileiro.

Jornalista: Um dos graves problemas enfrentados pelo Brasil na área ambiental é a biopirataria. Quais medidas estão sendo adotadas pelo governo brasileiro para combater esse problema?

Presidente: Para países megabiodiversos como o Brasil, o combate ao acesso não-autorizado a recursos genéticos e a conhecimentos tradicionais requer a adoção de mecanismos internacionais efetivos de repartição de benefícios. Somente assim se assegurará o respeito aos direitos soberanos dos países de origem sobre seus recursos genéticos, já que a legislação nacional não alcança os infratores fora do território nacional. O Brasil tem defendido, desde a adoção do Plano de Implementação da Cúpula de Joanesburgo, o rápido início das



discussões sobre o regime internacional de repartição de benefícios na Convenção sobre Diversidade Biológica. Esse regime deverá promover a proteção dos direitos dos povos indígenas e comunidades locais e o combate à biopirataria, que é um crime cuja repressão exige medidas tanto da parte dos países de origem quanto dos países que recebem plantas e animais contrabandeados.

Jornalista: Como um dos primeiros países a assinar o Protocolo de Kyoto, quais são as opções energéticas do Brasil para garantir o crescimento sustentado de sua economia?

Presidente: Contrariamente a outros países em desenvolvimento, como China, Índia e África do Sul, que dependem fortemente do carvão, o Brasil, como se sabe, tem mais de 90% de sua energia elétrica de fontes renováveis, principalmente de hidrelétricas. Temos, portanto, uma matriz energética muito limpa. O desenvolvimento sustentável do Brasil implica padrões que não ameacem o desenvolvimento das gerações futuras, e que seja dado tratamento equilibrado a seus três pilares: econômico, social e ambiental. No tocante às emissões que contribuem para a mudança climática, o maior desafio brasileiro é a diminuição do desmatamento ilegal, responsável por mais de 50% das emissões do país. Estamos empenhados em combater o desmatamento por meio de esforços das mais diversas áreas do Governo e da sociedade civil, envolvendo todos os setores da sociedade.

Jornalista: O Brasil propôs a criação de um Fundo Mundial de Combate à Pobreza. O que pode ser feito para agilizar a implantação desse fundo?

Presidente: A estratégia brasileira de mobilização de apoio político e financeiro para a erradicação da fome e da pobreza tem o propósito de estimular a



comunidade internacional a cumprir os compromissos assumidos em matéria de financiamento ao desenvolvimento: a prevalecer o atual ritmo de desembolso de ajuda oficial ao desenvolvimento, as Metas de Desenvolvimento do Milênio não serão cumpridas no prazo previsto. Junto com os Presidentes da França e do Chile, instituímos um Grupo Técnico – que conta agora com a participação também da Alemanha e da Argélia - para explorar novas fontes de financiamento em bases transparentes e previsíveis, tais como a taxação sobre a venda de determinadas armas, taxas sobre transações financeiras, investimentos voluntários e socialmente responsáveis e facilitação das remessas dos emigrantes. Por ocasião da cúpula de revisão dos Objetivos do Milênio, em Nova York, em setembro próximo, espera-se ampliar o apoio político a essas propostas, em particular àquelas de caráter voluntário e centradas na facilitação das remessas dos emigrantes. Adicionalmente, estudos técnicos estão sendo desenvolvidos no Banco Mundial e no FMI para auxiliar a análise de viabilidade das iniciativas mais complexas. Como gesto concreto de estímulo a ações de financiamento ao desenvolvimento, o Brasil, em parceria com a Índia e a África do Sul, criou o Mecanismo IBAS de Alívio à Fome e à Pobreza. Concebido no âmbito do PNUD, trata-se de fundo destinado a reproduzir e disseminar projetos sociais de sucesso nas áreas de saúde, educação, saneamento e segurança alimentar, dentre outras, em países menos desenvolvidos.

Jornalista O Brasil reivindica um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Conta, inclusive, com apoio da França. Como estão as articulações para obter esta vaga?

Presidente: Junto com os parceiros do G-4 (Alemanha, Índia, Japão), o Brasil divulgou recentemente projeto de resolução, definindo os parâmetros da expansão do Conselho, com a criação de seis novos assentos permanentes e



quatro eletivos. Espera-se que o projeto seja votado pela Assembléia Geral ainda em junho e, durante o mês de julho, sejam escolhidos os seis novos membros permanentes. No momento, estão em curso gestões para assegurar co-patrocinio ao projeto de resolução. Resta por definir os candidatos da União Africana, o que deverá ocorrer na Cúpula de Sirte (Líbia), em 3 de julho próximo. Igualmente importante, estão em curso negociações com vistas a definir a questão da extensão do veto aos novos membros permanentes. Caminha-se em direção a uma fórmula de consenso que preserve a igualdade jurídica entre antigos e novos membros permanentes, mas incluindo um mecanismo de autolimitação no exercício desse direito por parte dos novos membros permanentes.

Jornalista: Um dos desafios que o País tem enfrentado na busca pela vaga permanente no Conselho de Segurança é o comando das tropas de paz no Haiti. Qual a avaliação que se pode fazer do desempenho do Brasil nessa missão?

Presidente: O engajamento brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti atendeu à tradição nacional de colaborar com os mecanismos multilaterais de solução pacífica de controvérsias. A atuação do Brasil na Missão no Haiti dá-se no entendimento de que a resolução da crise haitiana requer ações em três frentes: segurança, reconciliação política e reconstrução econômica. A presença de um efetivo próximo do ideal permitiu à MINUSTAH, desde o início de 2005, ser mais incisiva em suas tarefas. Isso teve como reflexo as bem sucedidas operações nas favelas de Porto Príncipe, das quais resultaram o desmantelamento de diversas gangues, bem como o início de vários projetos de reconstrução do país: limpeza das ruas de Porto Príncipe interditadas por montanhas de lixo, recuperação de pontes, reconstrução de rodovias. A violência no Haiti, hoje, tem poucas motivações políticas. Os



grupos armados estão geralmente ligados ao banditismo, mas procuram se esconder sob uma aura política, como fazem os ex-militares. Com vistas a assegurar a realização de eleições nacionais no país, como parte do processo de consolidação democrática e fortalecimento institucional, o mandato da MINUSTAH deverá sofrer ajustes, a fim de dar maior segurança ao processo eleitoral. O Brasil está portanto empenhado em assegurar reforço do contingente militar e/ou policial durante os períodos pré e pós-eleitoral, a fim de garantir a realização pacífica do pleito. A eficácia e legitimidade do pleito requerem, ainda, a libertação dos altos funcionários do período Aristide presos sem julgamento. Esse processo de estabilização política é essencial para que os doadores para que disponibilizem com maior rapidez os recursos prometidos para reconstrução e desenvolvimento do país, no entendimento de que não haverá pacificação definitiva do país se não se criarem as condições para o crescimento econômico sustentável e a melhoria a curto prazo das condições mínimas de vida para a maioria da população.

Jornalista: O Brasil tem conseguido importantes vitórias contra os subsídios agrícolas, principalmente dos Estados Unidos, na OMC. Os subsídios europeus ainda atrapalham as exportações brasileiras?

Presidente: Sim. Os subsídios europeus são de dois tipos: subsídios à exportação e subsídios domésticos. Os subsídios à exportação, ainda que seu valor tenha sido reduzido nos últimos anos, ainda constituem um instrumento de competição desleal em terceiros mercados. Os principais produtos de interesse brasileiro que recebem subsídios à exportação na União Européia são: açúcar, carne bovina, aves e carne suína. Mesmo com a vitória no painel do açúcar, a União Européia será obrigada a retirar subsídios à exportação para o açúcar no montante de cerca de 1,3 milhões de toneladas, mas ainda assim continuará a poder subsidiar montante similar. Assim, a solução



definitiva para a questão dos subsídios aa exportação deverá aguardar a conclusão das negociações da Agenda de Doha para o Desenvolvimento da OMC. Prevê-se que as modalidades da negociação venham a ser acordadas na Reunião Ministerial da OMC, que se realizará em Hong Kong, em dezembro de 2005. O G-20 propôs que o prazo máximo de eliminação dos subsídios aa exportação seja de cinco anos. Quanto aos subsídios internos europeus, a sua continuidade faz com que o nível de produção europeia das mercadorias subsidiadas seja maior do que deveria ser na ausência desses subsídios. Como resultado, a produção doméstica europeia encontra-se em nível mais elevado do que aquele que prevaleceria em condições de mercado, prejudicando o acesso da produção brasileira ao mercado europeu. Os principais produtos europeus de interesse exportador para o Brasil que se beneficiam de subsídios domésticos são açúcar, oleaginosas, algodão e carne bovina.

Jornalista: No ano passado, o Brasil ampliou suas exportações para a união Européia. Hoje, a Europa já absorve 25% das exportações totais brasileiras, sendo que no setor do agronegócio as vendas alcançam 40%. A União Européia já é a principal parceira comercial do Brasil. Este crescimento dos negócios se dá por preferência estratégica de governo ou por razões de mercado?

Presidente: Razões de mercado, inclusive da presença no Brasil de importantes cadeias de comercialização europeia, especialmente francesas, o que ajuda a explicar a importância do fluxo de exportações brasileiras para a União Européia.

Jornalista: Como estão os investimentos dos países da União Européia no Brasil?



A União Europeia é o principal investidor estrangeiro no país. Somados, os 25 países-membros possuem mais de US\$ 100 bilhões investidos no Brasil. Ademais, vale frisar a importância do Brasil para grandes multinacionais europeias. O Brasil é, por exemplo, o 2º mercado para a Telefônica (Espanha), o 2º mercado para a FIAT (Itália) e o 3º maior mercado para a Volkswagen (Alemanha). Os investimentos da Espanha e de Portugal destacaram-se no processo de privatização brasileiro ocorrido em meados da década de 90.

Jornalista: Qual é hoje o grau de atratividade do mercado brasileiro para as empresas europeias?

Presidente: No contexto mundial, o Brasil é o 37º colocado no ranking de melhores destinos para realização de negócios. Excluindo-se os europeus, o Brasil fica com a 16ª posição. Apesar de estar a frente dos outros países que compõem o bloco de economias emergentes BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), à exceção da África do Sul (35º no geral), o Brasil é apenas o terceiro colocado da América Latina, ficando atrás do Chile (9º no geral) e México (33º no geral). O saldo comercial do intercâmbio Brasil-União Europeia, em 2004, foi favorável ao Brasil na ordem de US\$ 8,2 bilhões, o maior da história. Ressalta-se o saldo positivo obtido nas trocas com os países baixos (US\$ 5,3 bilhões) e com a Bélgica (US\$ 1,3 bilhão). A Alemanha, maior parceira do Brasil na UE, também apresentou, em 2004, o maior déficit nas relações com o Brasil (US\$ 1 bilhão). As exportações brasileiras para a UE alcançaram, em 2004, o valor recorde de US\$ 24,2 bilhões (crescimento de 30% em relação a 2003). Desde 1999, as exportações crescem continuamente, e, desde 2000, quebra-se, anualmente, o recorde do valor exportado para a região (conforme demonstrado no quadro abaixo). Já nos dois primeiros meses de 2005, as exportações brasileiras alcançaram o valor de US\$ 3,6 bilhões, cifra 15,4% superior à do mesmo período de 2004. Analisando a pauta de



exportações brasileiras para a UE, percebe-se ligeira vantagem dos produtos industrializados sobre os produtos básicos. Contudo, apesar da maior participação de produtos industrializados na pauta, os principais produtos/grupos de produtos exportados para a UE são, em sua maioria, produtos básicos. As importações alcançaram, em 2004, US\$ 15,9 bilhões. Apesar do crescimento de 22% em relação a 2003, continuam abaixo do valor observado em 1998 (US\$ 17 bilhões), fato que pode ser explicado pelo câmbio sobrevalorizado naquele ano. Os dois primeiros meses de 2005 registraram um aumento de 35% nas importações oriundas da União Européia. O total das importações para janeiro e fevereiro de 2005 é de US\$ 2,8 bilhões. O quadro a seguir mostra os principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2004. Diferentemente da pauta de produtos exportados pelo Brasil, os produtos industrializados levam grande vantagem sobre produtos básicos na pauta de importações brasileiras. Durante a reunião técnica sobre Comércio e Assuntos Relacionados no âmbito da IX Comissão Mista Brasil-União Européia, realizada em Bruxelas, no último mês de abril, ambas as partes destacaram o expressivo aumento do comércio bilateral experimentado nos últimos anos, com ênfase no crescimento das exportações brasileiras, que levaram ao substancial superávit em favor do Brasil de cerca de US\$ 8 bilhões, em 2004. Concordaram, ademais, que parte desse comportamento pode ser explicado pela forte valorização do Euro ocorrida nos últimos dois anos. O chefe da delegação comunitária afirmou não preocupar à UE ter déficit comercial com o Brasil, uma vez que as exportações européias também cresceram e que o mercado brasileiro tem-se tornado crescentemente interessante. A evolução positiva do comércio bilateral nos últimos anos, bem como o elevado estoque de investimentos diretos europeus no Brasil, demonstram, portando, que é alto o grau de atratividade do mercado brasileiro para as empresas européias, que o consideram também como uma oportunidade para atingir outros mercados no âmbito do Mercosul e da América do Sul.



Jornalista: Quais os setores em que o Brasil pode se beneficiar com intercâmbio comercial mais intenso com as empresas européias?

Presidente: Levantamentos recentes indicam que muitos setores apresentam potencial efetivo de incremento dos negócios e/ou cooperação com empresas européias. É o caso do agronegócio, obviamente, mas também de setores mais sofisticados como os da tecnologia da informação, da área aeroespacial, dos combustíveis renováveis e dos químicos e farmacêuticos. Também há grandes possibilidades em setores mais tradicionais como os de mineração, calçados, eletro-eletrônicos, têxtil, siderúrgico, automotivo e de maquinárias. Isso para não citar o setor de moda e design, em que adquirimos grande competitividade e competência.

Jornalista: Quais garantias o governo brasileiro oferece atualmente aos investidores estrangeiros?

Presidente: Os investidores estrangeiros, uma vez legalmente estabelecidos no Brasil, gozam de pleno acesso ao sistema judiciário brasileiro para encaminhamento de quaisquer litígios com outros atores privados ou com o Governo, seja federal, estadual ou municipal. Têm direito a repatriar seus lucros ou o principal de seus investimentos. No caso de países com os quais o Brasil possui acordos para evitar a dupla tributação, os investidores estrangeiros pagam uma parte de seus tributos no Brasil e uma parte no país de origem (na ausência desses acordos, deveriam pagar integralmente seus tributos em ambos os países). Os investidores estrangeiros têm acesso a programas de incentivo, em conformidade com a legislação em vigor. O Brasil não possui em vigor acordos bilaterais de proteção de investimentos com outros países: o tratamento dos investidores estrangeiros, como se vê, é dado



pela legislação nacional, a qual é considerada muito favorável aos investimentos.

Jornalista: De que forma a criação do G-20, proposta pelo governo brasileiro, pode contribuir para a criação de uma nova ordem mundial?

Presidente: A criação do G-20 seguramente alterou a correlação de forças nas negociações comerciais multilaterais e, sobretudo, valorizou o papel dos países em desenvolvimento nesse processo. A atuação do grupo foi crucial para que se desbloqueassem as negociações e para que se preservasse o mandato original da Rodada de Doha, que requer melhoras substantivas em acesso a mercados, assim como um tratamento especial e diferenciado efetivo, com vistas a responder aos desafios do desenvolvimento. Além de garantir avanço no capítulo agrícola das negociações, o grupo tem servido também para a coordenação de posições dos países em desenvolvimento no conjunto da negociação, inclusive nos setores industrial e de serviços. Ao introduzir um elemento de reforço do multilateralismo e ao canalizar a voz dos países em desenvolvimento, o G-20 certamente contribui para a configuração de uma ordem internacional mais justa e equilibrada.

Jornalista: O que o governo brasileiro espera dos eventos do Ano do Brasil na França?

Presidente: O Governo brasileiro espera projetar na França nossos valores, com base na imensa diversidade cultural brasileira. Para tanto, organizou uma das mais abrangentes mostras de que se tem notícia em nosso país, mostra essa que cobre não apenas temas tradicionais da cultura brasileira, tais como música, cinema, teatro, literatura, dança e artes plásticas, mas também atividades acadêmicas por meio de colóquios e seminários destinados a



transmitir ao público francês uma visão atualizada de nossas realidades sociais, econômicas e culturais. Temos certeza de que o Brasil, que sempre compartilhou ideais humanistas com a França, se tornará também mais próximo do homem comum desse país amigo, que, até aqui, nos conhecia sobretudo através dos clássicos estereótipos do futebol e do carnaval.